Governo dá aval a dívidas estaduais

DÉBITOS DE CURTO PRAZO CONTRAÍDOS POR ANTECIPAÇÕES DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS TERÃO PRAZO DE PAGAMENTO DE DEZ ANOS

O Ministério da Fazenda e o Banco Central decidiram permitir que governos estaduais transformem em empréstimos de longo prazo as suas dívidas de curto prazo, feitas com o sistema financeiro privado na forma de Antecipações de Receita Orçamentária (ARO), sempre a custos muito altos. Na semana passada, o Banco Central propôs e o Conselho Monetário Nacional (CMN) deu as primeiras autorizações: os governos do Mato Grosso do Sul e da Paraíba receberam permissão para renegociar dívidas de curto prazo no total de R$ 272 milhões com bancos privados nacionais.

As normas em vigor impõem que as operações ARO sejam quitadas até o 30º dia do ano seguinte ao seu contrato. Agora, Mato Grosso do Sul e Paraíba podem renegociá-las com os bancos em prazos acima de 10 anos, com quatro anos de carência.

Com os votos 113 e 127, o conselho deu ao Mato Grosso do Sul e à Paraíba um tratamento de "excepcionalidade" em relação à regra básica que, desde 1993, impede negócios do gênero com o setor financeiro privado. As limitações foram impostas porque, na época, o governo concluiu que era acelerada a expansão do endividamento dos Estados e municípios via operações ARO. Duas delas, feitas há alguns anos pelo governo paulista com o Banespa, levaram o banco à bancarrota.

"Eu nem sabia da existência dessa resolução", disse Thiago Cançado, secretário da Fazenda do Mato Grosso do Sul. "Em nenhum momento, ninguém falou nisso, no Banco Central ou no Tesouro, onde conversei com o secretário Murilo Portugal."

Os governos do Mato Grosso do Sul e da Paraíba já receberam permissão para renegociar dívidas

Cançado ficou com a maior fatia (R$ 230 milhões) da permissão da rolagem de dívida com um pool de bancos liderado pelo Bamerindus. O restante (R$ 42,1 milhões) ficou com a Paraíba, que deve ao Banco BMC. O secretário da Fazenda do Mato Grosso do Sul comanda um caixa em situação muito precária, incapaz, por si só, de oferecer garantias à União, que em última análise ficará como avalista da operação.

"O Tesouro estadual está exaurido e eu tinha três saídas: ia a Brasília e pedia dinheiro a fundo perdido; fazia emissão de Letras do Tesouro estadual, que depois fiquei sabendo estar proibido pelo Senado; ou pedia permissão para transformar o débito em dívida de longo prazo", declarou Cançado. "Fiz isso e eles gostaram tanto da idéia que viram nela a reinvenção da roda."

"Cada vez que vou ao sistema bancário, levo um susto", afirmou o secretário da Fazenda do Mato Grosso do Sul. "Não está fácil mesmo, sobretudo depois da intervenção no banco Econômico, pois os custos subiram muito." Desde janeiro, Cançado trabalha com um déficit permanente no caixa estadual, estimado em R$ 118 milhões.

Para conseguir o aval, o Estado de Mato Grosso do Sul acenou com a possibilidade de privatização das empresas estaduais de energia, água e saneamento. Aparentemente, o governo aceitou a intenção. O secretário fez a seguinte ressalva: "Mas isso não será no mês que vêm, nem no próximo ano e, antes, precisaremos de autorização da Assembléia Legislativa."

José Casado

Empréstimos de Antecipações de Receita Orçamentária (ARO) para prefeituras e/ou governos estaduais

(em R$ mil)

Estado	Período Jan/Set 94	Jan/Set 95
Acre	0,0	1.500,0
Alagoas	35.873,7	119.775,0
Amapá	0,0	970,0
Amazonas	25.535,6	20.043,0
Bahia	72.490,7	171.568,3
Ceará	4.823,2	18.464,0
Distrito Federal	0,0	0,0
Espírito Santo	14.817,9	72.880,2
Goiás	10.918,2	30.225,0
Maranhão	45.149,7	41.634,4
Mato Grosso	13.402,7	142.280,0
Mato G. Sul	41.425,2	62.778,5
Minas Gerais	254.781,2	869.100,5
Pará	54.469,8	99.261,0
Paraíba	1.743,7	29.511,0
Paraná	16.288,0	120.341,0
Pernambuco	53.325,0	19.217,0
Piauí	13.924,6	39.155,0
Rio de Janeiro	10.622,9	64.774,0
Rio G. do Norte	179,1	9.887,0
Rio G. do Sul	68.956,6	233.054,1
Rondônia	288,4	71.195,0
Roraima	0,0	0,0
Santa Catarina	29.622,0	161.820,4
São Paulo	549.316,0	420.254,3
Sergipe	32.330,2	50.805,0
Tocantins	14.581,9	24.500,0
Total	***1.364.866,3***	***2.894.993,7***

Empréstimos ARO autorizados pelo BC por tipo de credor (em R$ mil)

Credores	Jan/Set 94	Jan/Set 95
Bancos privados	1.160.082,9	2.357.590,2
Bancos estaduais	140.071,0	395.598,1
Bancos Federais	64.712,4	141.805,4
Total	***1.364.866,3***	***2.894.993,7***

Empréstimos ARO autorizados pelo BC por tipo de tomador (em R$ mil)

Tomadores	Jan/Set 94	Jan/Set 95
Governos estaduais	719.411,6	1.669.265,0
Capitais	338.605,8	265.293,0
Demais prefeituras	306.849,9	960.435,7
Total	***1.364.866,3***	***2.894.993,7***

Fonte: Banco Central - Alegando sigilo bancário, o BC informa os dados por unidade da Federação, sem discriminar as parcelas de responsabilidade de prefeituras e do governo estadual. Segundo um membro da área econômica, o governo estadual paulista não se utilizou das AROs. Portanto, os números referentes a São Paulo dizem respeito exclusivamente aos municípios do Estado.